



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL –
UFFS CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ILEIDE CRISTINA BAÚ

**ADOCIMENTO DOCENTE EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA
PROBLEMÁTICA NO ÂMBITO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

**CHAPECÓ
2020**



ILEIDE CRISTINA BAÚ

**ADOCIMENTO DOCENTE EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA
PROBLEMÁTICA NO ÂMBITO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao
Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal
da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciado em Pedagogia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marilda Merênci Rodrigues.

Coorientador: Prof. Dr. Jean Franco Mendes Calegari.

CHAPECÓ

2020

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Baú, Ileide Cristina

Adoecimento Docente em Santa Catarina: uma análise da problemática no âmbito da rede estadual de educação / Ileide Cristina Baú. -- 2020.

35 f.

Orientadora: Doutorado Marilda Merênci Rodrigues

Co-orientador: Doutorado Jean Franco Mendes Calegari

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2020.

1. Adoecimento Docente. 2. rede estadual de educação de Santa Catarina. 3. Absenteísmo. 4. Profissionais da Educação. I. Rodrigues, Marilda Merênci, orient. II. Calegari, Jean Franco Mendes, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

ILEIDE CRISTINA BAÚ

**ADOCIMENTO DOCENTE EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA
PROBLEMÁTICA NO ÂMBITO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilda Merênci Rodrigues.

Coorientador: Prof. Dr. Jean Franco Mendes Calegari

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 04/09/2020.

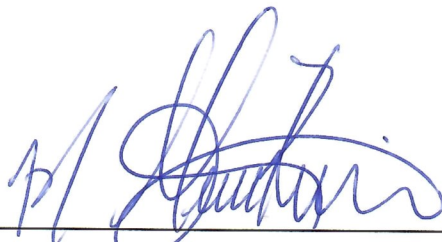
BANCA EXAMINADORA



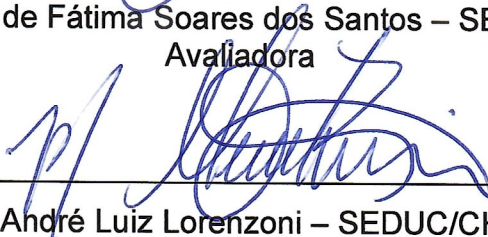
Prof.^a Dr.^a Marilda Merênci Rodrigues – UFFS
Orientadora



Prof. Dr. Jean Franco Mendes Calegari – UFFS
Coorientador



Prof.^a Me. Camila de Fátima Soares dos Santos – SEDUC/CHAPECÓ
Avaliadora



Prof. Me. André Luiz Lorenzoni – SEDUC/CHAPECÓ
Avaliador

ADOCIMENTO DOCENTE EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA NO ÂMBITO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Ileide Cristina Baú

Marilda Merêcia Rodrigues (Orientadora)

Jean Franco Mendes Calegari (Coorientador)

Resumo: O artigo aqui apresentado sistematiza o resultado de uma pesquisa que buscou conhecer as produções acadêmicas e oficiais sobre o adoecimento docente no estado de Santa Catarina, bem como mapear estatísticas e estudos qualitativos e quantitativos dessa problemática no âmbito da rede estadual de educação. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura de dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-graduação em Educação do estado de Santa Catarina no período 2010 a 2018, tendo como referência o descritor adoecimento docente. Para identificar a existência de políticas e o que se produziu no âmbito do estado de Santa Catarina sobre o referido tema, analisamos os Boletins Estatísticos de Saúde do Servidor. Assim, buscamos apreender por meio de análises documentais e estatísticas desses documentos possíveis relações entre o absentismo docente e o adoecimento do professor, bem como mapear estatísticas dessa problemática no âmbito da rede estadual de educação, as principais formas de adoecimento dos docentes, incidências de afastamentos por motivos de doença e as principais patologias que resultaram no afastamento dos docentes.

Palavras-chave: Adoecimento docente em Santa Catarina. Absenteísmo. Profissionais da educação.

1. APRESENTAÇÃO

O presente artigo¹ tem como ponto central o adoecimento docente no estado de Santa Catarina. O interesse por este tema originou-se de observações feitas nestes últimos anos na condição de acadêmica do curso de Pedagogia, quando foi possível identificar situações de professores afastados temporariamente, por questões de saúde. Do mesmo modo, as experiências de estágio realizadas em escolas de educação básica, públicas e privadas, remeteram a situações similares: ausências de professores de diferentes áreas; professores em situação de readaptação; professores trabalhando com a saúde fragilizada, dentre outras ocorrências.

¹ O presente artigo sistematiza a pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó/SC.

Tais observações conduziram às preocupações sobre esta categoria de trabalhadores, especialmente sobre a existência ou não de políticas públicas voltadas ao acompanhamento da saúde dos professores em âmbito estadual. Diante essa preocupação, iniciamos um processo de pesquisa sobre os estudos já realizados sobre o tema, bem como, sobre a existência ou não de documentos oficiais do Estado de Santa Catarina que abordassem o tema da saúde dos professores.

Conforme dados apresentados pela Secretaria de Estado da Educação SED/SC (2019), o ensino público estadual em Santa Catarina alcança 295 municípios, com 1.073 escolas, com um total de 68.094 docentes, dos quais 18.175 professores são efetivos, sendo mais de 19 mil em caráter temporário e 30.015 inativos (SED/SC, 2019).²

Nesse processo de aproximação ao tema e refinamento do problema de pesquisa, dois documentos foram fundamentais. O primeiro, pode ser considerado um dos documentos contemporâneos mais influentes nos rumos da educação do estado de Santa Catarina, denominado *Avaliações de Políticas Nacionais de Educação – Estado de Santa Catarina, Brasil* (OCDE, 2010), elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³.

Foi apresentado no formato de relatório, se refere dentre outras questões, ao absentismo docente como um dos problemas mais importantes do sistema de educação. No decorrer do documento, a palavra absentismo é citada 24 vezes, em contextos de responsabilização do professor, relacionada à qualidade da educação, à repetência, falta de eficiência e produtividade, fracasso, abandono, etc (OCDE, 2010).

Os significados desse termo são analisados por alguns autores. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), conforme nos apresenta Garcia e Silva (2009, p. 5), o absentismo é compreendido como “o período de ausência laboral que se aceita como atribuível a uma incapacidade do indivíduo, exceção feita para aquela derivada de gravidez normal ou prisão”. Para Malta (2004), a expressão é utilizada para indicar a falta proposital ou não no serviço. Temos ainda no Dicionário Online de Português (2020, p. 01) que o absentismo é “prática que consiste no abandono das funções de um cargo; não cumprimento das atividades de um posto.”

O referido documento da OCDE (2010) propõe um exame de “[...] todos os principais aspectos do sistema educacional com vistas a mostrar às autoridades catarinenses como o sistema poderia contribuir para a realização das metas de desenvolvimento econômico, social e cultural do

² Em uma recente atualização do *site* da SED/SC, todos os professores contratados em caráter temporário entraram na contagem de efetivos, contabilizando, assim, como efetivos todos aqueles que estão no exercício da profissão, não sendo possível visualizar o quadro de professores pela sua condição contratual.

³ A OCDE possui sede na França, que reúne 35 países que possuem uma economia desenvolvida. A parceria com o Brasil existe desde 1990, mas é em 2007 que ganha força com uma resolução que fortalece a cooperação entre Brasil e a OCDE (Ministério da Economia, 2019).

Estado” (OCDE, 2010, p.353)⁴. É dividido em onze capítulos, do primeiro ao terceiro apresenta dados gerais da educação no Estado, bem como introdução geral da educação catarinense, suas formas de financiamentos e gestão. Do capítulo quarto ao sétimo refere-se a educação básica no Estado, bem como a educação especial, indígena, os livros didáticos, os processos de avaliações dos alunos; outro ponto é a questão da tecnologia. No oitavo menciona a carreira e formação docente, por sua vez os capítulos nono e décimo fazem menção ao ensino superior, e para finalizar, o último capítulo aponta sugestões de melhorias sobre os temas abordados nos capítulos anteriores.

Embora o documento apresente-se como um diagnóstico, é evidente a fragilidade metodológica no seu processo de construção, haja vista a ausência de informações sobre os procedimentos de coleta, análise e sistematização das informações apresentadas. Tais fragilidades metodológicas podem ser observadas não apenas pelas ausências, mas também em afirmações imprecisas sobre fontes, metodologias de coletas, sistematização e análises. Para ilustrar, segue um pequeno trecho: “a equipe foi informada de que um número significativo de professores sofrem de doenças relacionadas com o estresse” (OCDE, 2010, p. 242).

O segundo documento que também contribuiu para o refinamento do problema de pesquisa, foi produzido pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE-SC), resultado do trabalho de Comissão Especial designada para “analisar, estudar e propor ações a partir do relatório da **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE**, publicado em setembro de 2010” (CEE-SC, 2012, grifos no original). O referido documento, intitulado *Proposição de Novos Rumos para a Qualidade da Educação em Santa Catarina: Visão do CEE sobre a avaliação da OCDE*, propõe novos rumos para a qualidade da Educação em Santa Catarina. Sobre a natureza e finalidade do documento da OCDE, o documento catarinense assim sintetiza:

Com o intuito de promover estudos de caráter avaliativo e apontar deficiências e potencialidades para que se empreendesse mudanças e melhorias no desenvolvimento da educação em Santa Catarina, em 2007 e 2008 ocorreram sucessivos contatos e visitas do Governo do Estado de Santa Catarina e da Secretaria de Estado da Educação – SED à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Nas palavras do Presidente do Conselho, Maurício Fernandes Pereira,

Ao tornar público o presente relatório, pretende-se subsidiar gestores da educação básica e profissional, bem como da educação superior, no que tange à criação, à implementação e ao desenvolvimento das Políticas de Educação, com ênfase à Rede Estadual de Ensino, e,

⁴ Para uma importante contextualização deste Documento produzido pela OCDE, consultar a Dissertação de Mestrado de Leticia Viglietti Manrique, intitulada *A relação entre desenvolvimento econômico e formação presente nos documentos que orientam o trabalho educativo em escolas de ensino médio da rede estadual de Santa Catarina* (UFSC, 2016).

sobretudo, contribuir para a melhoria da educação no Estado de Santa Catarina e no Brasil. (CEE-SC, 2012, p. 6).

Os temas apresentados fazem referência às questões levantadas pela OCDE, tais como a Formação do Professor e do Gestor Educacional; Valorização do Magistério; Currículo e Prática Pedagógica; Autonomia e Gestão da Escola; Organização e Gestão do Sistema Educacional; Estrutura Física e Técnica e Educação Superior, Pesquisa e Desenvolvimento.

Dentre as recomendações da Diretora do Departamento de Educação da OCDE – Bárbara Ischinger, o documento destaca:

a SED deveria emitir um documento de referência sobre a formação docente, após consultas a seus parceiros, **em vista da constatação de baixo status social, absenteísmo, muitos professores horistas e baixa qualidade de muitos cursos de formação docente** (CEE-SC, 2012, p. 8, sem grifos no original).

Dentre as conclusões e propostas apresentadas, o Conselho Estadual de Educação propõe algumas medidas para fins de eficácia e efetividade da gestão do sistema educacional, dentre elas, a “criação de mecanismos eficazes de controle e de alternativas para **solução do problema do absenteísmo dos professores**” (CEE-SC, 2012, p. 39, sem grifos no original).

Essas incursões iniciais pelos referidos Documentos foram complexificando as questões de pesquisa elencadas inicialmente, originando-se outras problematizações, dentre as quais: existem relações entre o problema do absenteísmo docente nas escolas do estado de Santa Catarina e o adoecimento do professor? Há um acompanhamento sistemático e institucionalizado como política pública, voltado à saúde desses trabalhadores da educação? É possível estabelecer relações entre as formas contratuais e o afastamento do professor para tratamento de saúde? Visando responder a tais questionamentos, a presente pesquisa propõe uma análise da problemática do adoecimento dos docentes no âmbito da rede estadual de educação em Santa Catarina. Intenciona conhecer as produções acadêmicas e oficiais acerca do tema; mapear estatísticas e estudos sobre os dados qualitativos e quantitativos dessa problemática no âmbito da rede estadual de educação; identificar as principais formas de adoecimento dos docentes, bem como os totais de afastamentos por motivos de doença e as principais patologias que resultaram no afastamento dos docentes.

2. METODOLOGIA

Após um longo processo de busca de fontes documentais sobre o tema em questão, chegamos a uma fonte crucial para a nossa pesquisa, os *Boletins Estatísticos de Benefícios de*

*Saúde do Servidor*⁵. O primeiro Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor, foi publicado em 2008⁶ e o último em 2018, os quais trazem dados sobre os números de profissionais afastados nos órgãos do estado de Santa Catarina. Nesses dados apresentam as patologias, sexo, idade dos profissionais que se afastam do seu trabalho. Essas informações são retiradas do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração.

Tendo em vista a natureza dos documentos encontrados, optamos pela realização de uma pesquisa mista, visto que os Boletins são fontes importantes de dados quantitativos que ajudam a elucidar algumas das perguntas da pesquisa, bem como, nos ajudam a formular outras questões. Desse modo, utilizamos referenciais que nos auxiliam em duas perspectivas: em referenciais metodológicos de análises de documentos de políticas educacionais, isto é, que nos ajudam a pensar e entender documentos das políticas educacionais; e em autores que nos oferecem elementos para pensar a conjugação entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, denominada de pesquisa mista.

Na primeira perspectiva, apoiamo-nos em autores como Evangelista (2012), que discute a importância de se conhecer a posição do pesquisador, especialmente mediante o seu corpus documental, pois, é preciso ter cautela na hora de coletar e analisar os dados. Nas palavras da autora:

Se o documento existe fora do pesquisador, para que possa extrair dele dados da realidade é preciso que assuma uma posição ativa na produção de conhecimento: localiza, seleciona, lê, relê, sistematiza, analisa as vidências que apresenta. Esses passos resultam de intencionalidades que, para além da pesquisa, se vinculam aos determinantes mais profundos e fecundos da investigação, qual seja discutir, lucidar, desconstruir compreensões do mundo; discutir, elucidar, construir compreensões do mundo: produzir documentos, produzir conhecimentos é produzir consciências. (EVANGELISTA, 2012, p. 5).

Nessa mesma direção, Shiroma, Campos e Garcia (2005) falam da importância da linguagem presente nos documentos oficiais relacionados a educação. Essa linguagem muitas vezes é de difícil entendimento para a sociedade civil e que visam construir discursos e posições hegemônicas. Essas autoras serão cruciais no entendimento sobre pesquisas no campo

5 Registramos o nosso agradecimento à professora Olinda Evangelista, quem nos apresentou esta importante fonte de pesquisa, os Boletins Estatísticos de Benefícios de Saúde do Servidor.

6 Há até o presente momento cinco Boletins, sendo que sua primeira edição foi publicada em 2008, mostrando dados dos anos de 2002 a 2007; o Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor II, publicado em 2012, apresenta dados dos anos 2008 e 2009; o Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor III foi publicado em 2015, contendo dados dos anos de 2010 a 2013; o Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor IV, foi publicado no ano de 2018, mostra dados dos anos de 2014 a 2016 e o Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor V também foi publicado em 2018, mostrando dados do ano de 2017. Até o momento não havia sido publicado os o Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor referente aos anos de 2018 e 2019.

educacional, pois contribuem para conhecer elementos sobre as estratégias discursivas, fundamentos e principais debates teórico-metodológicos do campo da política educacional.

No âmbito da pesquisa mista, Dal-Farra e Lopes (2013, p. 67) mencionam que “a conjugação de elementos qualitativos e quantitativos possibilita ampliar a obtenção de resultados em abordagens investigativas, proporcionando ganhos relevantes para as pesquisas complexas realizadas no campo da Educação”, superando assim a falsa dicotomia pesquisa qualitativa versus quantitativa.

Para isso, sinalizam os autores Dal-Farra e Lopes (2013, p. 79), que nessa construção de processos de pesquisa com métodos mistos devem ser considerados importantes aspectos, como a “sequência de coleta de dados quantitativos e qualitativos; a prioridade que será dada à coleta e à análise de dados quantitativos e qualitativos; o estágio no qual serão integrados os dados e os resultados quantitativos e qualitativos; a possível utilização de uma perspectiva teórica global”. Coadunando essas duas perspectivas, o trabalho apresentará análises de dados quantitativos que visam compreender a natureza das informações produzidas nos Boletins oficiais, buscando responder às questões de pesquisa elencadas anteriormente.

Visando ainda conhecer o debate produzido sobre o tema nos âmbitos acadêmicos, a pesquisa ancora-se numa revisão de literatura sobre o adoecimento docente em Santa Catarina. Para isso, procedeu-se a uma busca dos trabalhos disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); no Portal de Periódicos CAPES/MEC e em três Grupos de Trabalhos - Gts da ANPEd em suas reuniões anuais. A busca nesses três lugares levou em conta o mesmo recorte temporal contemplado nos Boletins, isto é, o período de 2010 a 2018. Da mesma forma, a busca foi igualmente orientada pelo mesmo descritor: adoecimento docente.

A seguir, apresentamos o resultado dessa revisão de literatura, apontando mais detalhadamente o processo de seleção dos trabalhos e as principais abordagens sobre o tema em questão.

3. A INVISIBILIDADE DO TEMA *ADOECIMENTO DOCENTE* NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Iniciamos a revisão de literatura em agosto de 2019, quando os primeiros passos se deram na testagem e adequação dos descritores no Catálogo de Teses e Dissertações, com as palavras de busca “adoecimento docente”. Como o descritor é amplo, apresentou um elevado número de

trabalhos, resultando num conjunto de 31.153 trabalhos. Foi então preciso refinar a pesquisa, para isso, optamos por realizar as buscas nos Programas de Pós-graduação em Educação das universidades públicas e privadas do estado de Santa Catarina, totalizando doze universidades.⁷

Aplicando esse novo filtro, obtivemos um conjunto de 285 trabalhos que em linhas gerais apareciam na busca com os descritores adoecimento docente no estado de Santa Catarina. Realizamos a leitura de todos os títulos, assim foi possível selecionar somente seis trabalhos relacionados propriamente ao tema.

No âmbito do Portal de Periódicos CAPES/MEC, inicialmente foram encontrados 168 trabalhos. Após o processo de refinamento⁸, foram localizados 32 trabalhos na área Educação, porém se tratavam de trabalhos de interface com a saúde, educação e comunicação. Na “saúde” encontrou-se 40 trabalhos que falavam sobre saúde ocupacional, coletiva, social e enfermagem, na área da “psicologia” localizou-se 21 trabalhos, dentre esse número apenas um trabalho falava sobre adoecimento, mas não se tratava de professores. Desse modo, não foi possível selecionar nenhum trabalho nessa plataforma, com os descritores e parâmetros utilizados.

Ainda visando conhecer as discussões em torno do tema adoecimento docente, fizemos uma busca nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), guiando-nos pelos mesmos descritores e recorte temporal nos seguintes Grupos de Trabalho: GT 05 – Estado e Política Educacional, GT08 – Formação de Professores e GT 20 Psicologia da Educação. A escolha desses Gts deveu-se, sobretudo, à natureza dos seus interesses de pesquisas e debates apresentados em suas ementas⁹.

Nas buscas realizadas localizamos no GT 05 um total de 152 trabalhos, sendo temas voltados às políticas educacionais como Plano Nacional de Educação, educação integral, reforma

7 Refinamento: Tipo: Mestrado e Doutorado. Ano 2010 a 2018. Grande área do conhecimento: Ciências Humanas. Área do conhecimento: Educação. Área da avaliação: Educação. Área de concentração: Educação. Nome do programa: Educação. Instituições: Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Universidade da Região de Joinville, Universidade Estadual de Santa Catarina, Universidade Extremo Sul Catarinense, Universidade Sul de Santa Catarina, Universidade Planalto Catarinense, Universidade Vale do Itajaí, Universidade Federal da Fronteira Sul, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Universidade do Contestado e Universidade Regional de Blumenau.

8 Nessa área da plataforma não é possível fazer buscas em nível estadual, somente nacional, enquadrado o recorte temporal 2010 a 2018, selecionando idioma português, resultaram na busca inicial, 148 trabalhos, lidos os títulos para verificação semelhança ou aproximação com o tema. Após a seleção por títulos foram explorados os resumos para averiguar a existência de trabalhos sobre o tema

9 GT 5 - Estuda e pesquisa a relação governo e políticas da educação, no âmbito nacional e internacional, suas articulações, implantação e análises das repercussões das políticas públicas da educação; GT 8 - tem como objeto global do campo de pesquisa sobre formação de professores o estudo do processo de construção, desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento e das competências necessárias ao exercício da profissão de ensinar, seus impactos e resultado; GT 20 – tem como foco estudos e pesquisas, apresentando fenômenos contemporâneos que geram impactos na educação, “com ênfase nos fundamentos históricos, epistemológicos e metodológicos da pesquisa educacional; nas concepções psicológicas e práticas no campo da educação e suas contribuições nos espaços educativos; nos processos educativos e de socializações implicadas na constituição do sujeito.”(ANPED, 2017, p. 01).

do ensino médio, Base Nacional Comum Curricular, gestão democrática, dentre outros. Não encontramos trabalhos voltados ao tema adoecimento docente. No GT 08 foram encontrados 148 trabalhos. Deste conjunto, destacam-se temas como a formação docente, formação inicial de professores na área da educação infantil e anos iniciais, alfabetização, filosofia da formação, PIBID, formação cultural, também nenhum trabalho sobre adoecimento. No GT 20, Psicologia da Educação, do conjunto de 76 trabalhos apresentados, localizamos um artigo que trata do tema em questão, cujo título é “*Professor Readaptado: O Adoecimento Nas Relações De Trabalho*”¹⁰.

A seguir, apresentamos um quadro¹¹ com os trabalhos selecionados na revisão de literatura.

Quadro 1 – Distribuição dos Trabalhos selecionados, 2010-2018

Ano	Título	Autores (as)	Tipo de Produção
2013	Condições de Trabalho dos Docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental	Fernando de Lima	Dissertação Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
2013	A Política de Saúde do Trabalhador Docente da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e sua relação com as condições de trabalho	Thais Ciara Jasper Moreira	Dissertação Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
2013	Condições de Trabalho Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Ana Silvia Jacques	Dissertação Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
2016	Condições de Trabalho dos Professores do Programa Ensino Médio Inovador	Alcinei da Costa Cabral	Dissertação Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
2016	Condições de Trabalho Docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental	Antonio Jose Fernandes Ricardo	Dissertação Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
2016	Condições de Trabalho do Supervisor Escolar no Ensino Fundamental	Andreza Faria Malewschik	Dissertação Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)
2017	Professor readaptado: o adoecimento nas relações de trabalho	Marilda Gonçalves Dias Facci e Sonia da Cunha Urt	Artigo GT20 - Psicologia da Educação 38ª Reunião Anual da ANPEd

Fonte: Elaborada pela autora

Com o intuito de verificar o que dizem as produções acadêmicas localizadas, apresentaremos algumas informações sobre cada uma das produções, enfatizando seus objetivos, metodologia e principais conclusões.

¹⁰ O processo de seleção e descarte se deu mediante a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos de cada ano. Foi necessário entrar ano a ano, para então poder constatar se os trabalhos poderiam ou não ser utilizados.

¹¹ A formatação desse quadro foi inspirada na forma de apresentação de dados de Elizandra Gozzi, em sua dissertação de mestrado (UNOESC, 2020).

A pesquisa *Condições de Trabalho dos Docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental* de Lima (2013), trata das condições de trabalho dos docentes nos anos finais da educação básica municipal de Joinville. Apoiando sua pesquisa em alguns autores como Contreras (2002); Duarte (2011); Marx (1970); Oliveira e Assunção (2009); Tardif e Lessard (2009); dentre outros, o autor busca realizar uma pesquisa qualitativa, na cidade de Joinville – SC, com professores concursados da rede municipal, atuando 40 horas há mais de 3 anos na rede, nesse caso, 1.302 professores se enquadravam nos requisitos da pesquisa, porém 160 professores participaram efetivamente. Foi encaminhado a 50 escolas um questionário que continha 32 questões sendo elas 24 fechadas e 8 abertas. Na sua pesquisa, Lima (2013) levanta a queixa de professores sobre a desvalorização, baixa remuneração, a falta de melhores condições de trabalho, o desinteresse dos alunos, vale lembrar que “a questão do desinteresse dos alunos nem sempre pode ser vista como desinteresse pela escola e pelo processo de aprendizagem” (LIMA, 2013, p. 125). O aumento de trabalho e falta de horas atividades podem acarretar desgastes que serão prejudiciais ao professor e ao seu aluno bem como menciona Lima (2013)

A saúde do trabalhador é uma questão fundamental para o desempenho da função, pois se o mesmo adoecer os prejuízos serão maiores ao município com a contratação de substituto. Essa situação no documento analisado demonstra uma preocupação do legislador municipal com o bem-estar do professor, que se reflete em suas condições de trabalho. (LIMA, 2013, p. 63).

Uma questão que também é mencionada na pesquisa é a infraestrutura do ambiente escolar, muitos acham que o melhor espaço é aquele próximo de terminais, ruas com alto fluxo de carros e pessoas, mas o autor faz uma observação importante em relação ao barulho próximo às escolas, “o excesso de ruído nas escolas pode gerar problemas ainda mais sérios tanto para os professores quanto para os alunos” (LIMA, 2013, p. 99).

Dentre as conclusões apresentadas pelo autor, ressalta-se a intensificação do trabalho docente, na forma de muitas atividades e acúmulos de funções; a importância de algumas medidas introduzidas na escola, como por exemplo, a implantação da hora-atividade; a relação entre descontentamento, precarização do trabalho docente e as condições de infraestrutura. Destacam-se ainda, a pouca motivação dos jovens para seguir no magistério, a evasão de professores para outras áreas e problemas decorrentes de políticas públicas como o baixo salário, a desvalorização, pouco tempo para elaboração de planos de ensino, a intensificação de trabalho, assim, essa sobrecarga dos professores pode levar ao adoecimento e até o afastamento temporário ou definitivo.

A pesquisa de Moreira (2013) *A Política de Saúde do Trabalhador Docente da*

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e sua relação com as condições de trabalho, que se trata de um estudo de caso dentro UFSC, tem como embasamento teórico o materialismo dialético. Seu objetivo é verificar como a temática das condições de trabalho é tratada pelos gestores responsáveis, na política de saúde do trabalhador da referida Universidade (ou seja, a Política de Atenção à Saúde do Servidor – PASS), em especial, relacionada aos docentes. Para isso, utilizou metodologia de cunho qualitativo, realizando análise documental acerca da política vigente e entrevistas semiestruturadas feitas junto aos gestores responsáveis pelas áreas que implementam o SIASS dentro da UFSC. Na sua pesquisa a autora faz importantes contextualizações sobre a saúde, discussões sobre sentidos da saúde do trabalhador e do servidor, mencionando ainda, as legislações que amparam a saúde do servidor federal.

Moreira (2013) mostra que os professores de instituições federais também passam por desgastes muito semelhantes aos conhecidos na educação básica, a exemplo da questão da jornada de trabalho, alertando para a necessidade de “entender a saúde e a doença não necessariamente como opostas, mas como partes de um mesmo processo (saúde-doença), em movimento, com historicidade, e não como história individual do sujeito que adoece, mas sim, história social da saúde e da doença”. (MOREIRA, 2013, p.17).

Dentre as conclusões, destacamos a relação entre adoecimento e a intensificação do ritmo de trabalho. Nesse sentido, destaca que há uma concepção biomédica, em que o servidor é atendido para administrar, equilibrar “os afastamentos com atendimentos e tratamentos clínicos, reduzindo o problema de saúde do servidor a um mal-estar físico e pontual para o qual existe solução rápida” (MOREIRA, 2013, p. 63). Intimamente ligadas a estas questões são situadas as condições de trabalho, relacionadas à pressão por produtividade, que incide no tempo de trabalho e de descanso. Destaca ainda, que

A falta de conhecimento acerca do perfil epidemiológico organizado por setores, profissões, locais de trabalho, dentre outras questões que poderiam subsidiar ações mais diretas também é problemática. Embora existam riscos em todos os ambientes e processos de trabalho (em maior e menor medida), e o adoecimento aconteça também devido à história particular de cada trabalhador, isto não isenta os responsáveis pela PASS de conhecer com mais profundidade estas especificidades. E quiçá, a partir do que se observa, desenvolver programas e ações com focos específicos para esta realidade. (MOREIRA, 2013, p. 64).

Outra pesquisa selecionada na revisão é a de Jacques (2013), intitulada *Condições de Trabalho Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. É uma pesquisa de cunho qualitativo, tem como bases teóricas André (2009); Arroyo (2007); Duarte (2007, 2010, 2011); Frigotto (1998, 2002); Gatti (2009, 2013); Oliveira (2003, 2004, 2006, 2010, 2011); Tardif e Lessard (2011) entre outros. Seu objetivo é conhecer as condições de trabalho dos docentes da rede municipal de Joinville, utilizando como metodologia de pesquisa questionários autoaplicáveis a 170 (cento e

setenta) professores efetivos (concurados), que atuam em regime de 40 horas/semanais e que atuam há mais de 3 (três) anos no Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano), encaminhados para 60 unidades escolares da rede, alocadas na área urbana. Obtendo um percentual de 24% de questionários válidos e 29% de devolutiva dos questionários.

Nesta pesquisa, o termo adoecimento docente aparece vinculado a situações de sobretabalho, sobrecarga, intensificação do trabalho, desvalorização da função docente, condições de trabalho no exercício do magistério, sofrimento docente. As queixas dos professores da pesquisa de Jacques (2013) são semelhantes às apresentadas na pesquisa de Lima (2013), a desvalorização, o pouco tempo de horas-aula para planejamento, a falta de formação continuada. Nas palavras da autora, “pode-se dizer, então, que as condições de trabalho docente não são condizentes com a dignidade da profissão” (JACQUES, 2013, p.53). Diante de tantos problemas enfrentados pelos professores das esferas públicas “vale ressaltar que, quando oportunizadas boas condições de trabalho, a qualidade de vida dos professores também melhora, diminuindo seu sofrimento e, conseqüentemente, adoecimento.”(JACQUES, 2013, p. 127).

Não obstante as respostas positivas em torno de muitas questões como por exemplo, formação, segurança, disponibilidade de materiais didáticos, etc, a autora ressalta que “a sensação de desvalorização do trabalho concentra-se na questão financeira e na falta de reconhecimento pela sociedade, dirigentes, pais e alunos” (JACQUES, 2013, p. 143). Destaca ainda dentre as respostas dos professores, o excesso de atividades da docência que extrapolam a jornada escolar; melhoria de infraestrutura e, embora mencione a relação entre os fatores condições de trabalho, carreira e a formação, a questão da saúde ou adoecimento não é tematizada dentre as suas conclusões.

Outra trabalho selecionado é a dissertação *Condições de Trabalho dos Professores do Programa Ensino Médio Inovador*. Cabral (2016) realiza uma pesquisa de investigação qualitativa, que tem como objetivo conhecer as condições de trabalho dos professores do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, em quatro escolas da Rede Pública Estadual no município de Joinville – SC, cuja coleta de dados foi realizada por meio de um questionário com 21 questões, sendo 12 objetivas e 8 abertas e questões classificatórias. Questionário esse que foi entregue a quatro escolas que possuem o ProEMI, para 51 professores que integram o programa.

Dentre os autores que dão sustentação ao seu trabalho, estão André (2009); Arroyo (2007), Duarte (2010, 2011, 2012); Frigotto (1998, 2002, 2010); Gatti (2009, 2013); Oliveira (2003, 2004, 2006, 2010, 2011); Tardif e Lessard (2011); dentre outros. Nas discussões sobre o ProEMI, autores como Krawczyk (2003, 2009, 2011); Kuenzer (2010) e Ramos (2011) dão suporte a discussão.

Nos resultados obtidos, notam-se que as queixas dos professores se estendem e se repetem

com relação à infraestrutura, verbas repassadas às escolas, falta de equipamentos e de um local apropriado para os professores poderem fazer seus planejamentos. Destaca ainda, que “outra questão relevante são os baixos salários, que afetam diretamente a qualidade de vida dos professores” (CABRAL, 2016, p. 49). Os baixos salários dos docentes fazem com que eles trabalhem “em mais de uma escola, com extensa carga horária de aulas em classe, além de inúmeras atividades extras, como correções de atividades, planejamento de aula entre outras que, por vezes, provocam sobrecarga de trabalho” (CABRAL, 2016, p. 50). A falta de infraestrutura de um local adequado para planejamento e atendimento de comunidade escolar “limitam a atividade em suas dimensões centrais, que seriam manter o controle da turma e responder aos dispositivos regulatórios” (CABRAL, 2016, p.51), o excesso de trabalho acaba prejudicando o profissional e alunos pois “provoca a degradação do trabalho não só em termos de qualidade da atividade, mas também da qualidade do bem ou do serviço produzido” (CABRAL, 2016, p.50). Dentre suas conclusões, também não retoma aspectos sobre o adoecimento, embora apresente alguns autores que indiquem forte correlação entre intensificação do trabalho e o adoecimento, suas conclusões acerca desse tema, indicam que “em relação aos fatores de intensificação de trabalho, a maioria dos professores declaram que não se sentem pressionados e tampouco sentiram-se sobrecarregados após a implantação do Programa” (CABRAL, 2016, 108).

A dissertação de Ricardo (2016) *Condições de Trabalho Docente nos Anos Finais do Ensino Fundamental*, que tem como objetivo conhecer as condições de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental, é uma pesquisa com abordagem qualitativa, no qual se realizou um questionário que continha questões abertas e fechadas. Os pesquisados foram 65 professores da rede municipal de ensino na cidade de Joinville que atuam na mesma instituição há mais de 3 anos. Sua base teórica são os autores Contreras (2012), Esteve (1995), Gatti e André (2011), Gatti e Barreto (2009), Huberman (2007), Hypólito (2010), Oliveira e Assunção (2010), Oliveira e Vieira (2012), Tardif (2014), Tardif e Lessard (2014), Roldão (2008) e Monteiro (2013).

Em diálogos com os autores que dão sustentação ao seu trabalho, o autor aborda o trabalho docente considerando as categorias proletarização, precarização e intensificação do trabalho. Nesse sentido, destaca algumas relações abordadas na revisão de literatura, nas quais é possível perceber a relação entre o aumento dos índices de adoecimento e violência física e simbólica ao professor; estreita relação entre condições de trabalho, falta de condições materiais de trabalho pedagógico e adoecimento docente.

Nesse sentido, destaca

que são raras as escolas onde ainda se fazem presentes os orientadores e os supervisores escolares. Observa-se também que algumas escolas não dispõem de Assistentes em Educação (AEs) e Assistentes Técnicos Pedagógicos (ATPs) em seu quadro de funcionários. Mediante tal cenário, tendo em vista as atribuições do Assessor de Direção, chama-se a atenção para a sobrecarga vivenciada por este profissional, a quem se atribui legalmente as funções anteriormente exercidas pelos diretores adjuntos, supervisores e orientadores educacionais, acumulando muitas vezes, atividades outrora realizadas pelos AEs e ATPs na ausência desses. (RICARDO, 2016, p. 139).

A sobrecarga de trabalho e intensificação do trabalho docente, associam-se também a falta de recursos pedagógicos tecnológicos, visto que, a principal queixa dos professores, além da falta de interesse por parte dos alunos, é o uso do seu tempo para preencher o diário eletrônico em casa, pois, a falta de condições faz com que o professor fique com essa atividade para fazer em outro momento, com acesso à internet. Destaca ainda, que

o tipo mais significativo de pressão sofrida pelos professores refere-se aos índices de aprovação e reprovação. Em seguida, ganha destaque a pressão exercida pela equipe gestora. Entre os elementos que caracterizam tal situação, encontra-se a rapidez no preenchimento do “professor online” e a rápida devolutiva das avaliações. (RICARDO, 2016, p. 79).

Conclui, que a intensificação do trabalho é uma manifestação do processo de proletarização docente “e conseqüente perda de autonomia dos professores sobre seu processo de trabalho” (RICARDO, 2016, p. 42).

A sexta Dissertação selecionada na revisão é a de Malewschik (2016) sobre *Condições de Trabalho do Supervisor Escolar no Ensino Fundamental*, a qual tem como objetivo conhecer as condições de trabalho do supervisor escolar no ensino fundamental. É uma pesquisa de cunho qualitativo, realizada por meio de um questionário aplicado a 92 supervisores da rede municipal de Joinville. O relatório foi constituído de 24 questões, sendo 13 questões fechadas, 6 abertas e 5 simultâneas que utilizou como base teórica Imbernón (2011), Nérici (1976), Rangel (2013), Santos (2012) e Urbanetz (2013), entre outros.

Dentre os fatores apontados pela autora, destaca-se que o atendimento aos alunos e pais interferem diretamente na rotina, outro fator que impacta na função do supervisor é a falta e a substituição dos professores, muitos desse profissionais acabam ampliando sua carga horária, “a ampliação de carga horária de trabalho também pode ser considerada em relação aos profissionais do sexo feminino” (MALEWSCHIK, 2016, p.33), com essa ampliação os profissionais ficam exaustos em alguns casos levando ao adoecimento e reduzindo a qualidade de vida, para exercer tal função também se convive com a precarização do trabalho docente que

afeta diretamente o supervisor.

Nesse processo de intensificação do trabalho, de fragmentação, e às vezes anseio por melhor remuneração, assinala que muitas situações semelhantes às dos docentes também acontecem com o supervisor. Assim, considera que a precarização do trabalho do Supervisor Escolar se aproxima da precarização do trabalho docente “os profissionais assumem novas funções e responsabilidades resultando na ampliação ou extensão da carga horária de trabalho, assumindo mais de um emprego, por necessidade de complementação salarial ou para o cumprimento de atividades do próprio estabelecimento” (MALEWSCHIK, 2016, p.33).

Desse modo, a autora considera que os desgastes profissionais têm provocado o adoecimento. Enfermidades que se ligam a situações de conflitos, resistências, precarização do trabalho, questões salariais, perdas de direitos trabalhistas e intensificação da jornada de trabalho, impactando sobre a qualidade de vida, de um modo geral.

No artigo intitulado *O Adoecimento Nas Relações De Trabalho*, publicado no GT 20 da ANPED selecionado nesta revisão, Facci e Urt (2017), apresentam o resultado de uma pesquisa de campo realizada em Maringá – Paraná, por meio da qual foram entrevistados 20 professores. O grupo de docentes pesquisados foi constituído de 18 mulheres e 2 homens, com idade entre 49 e 60 anos, com 16 a 30 anos na carreira docente.

As autoras constataram que o afastamento desses profissionais ocorreram da mesma forma, com inúmeros atestados médicos, perícias médicas do Estado até chegar na fase da adaptação. Muitos professores se queixam da forma com que os peritos os trataram, destacando falta de respeito, principalmente quando as doenças eram relacionadas a quadros psíquicos, levando em consideração que grande parte teve afastamento por problemas dessa natureza. Esses profissionais contam também sobre como foi o retorno para as escolas, destacando situações de preconceito e discriminação entre colegas.

Ressaltam que muitos professores se sentem excluídos quando voltam para as escolas para se readaptarem, sentem que os colegas de profissão não tem compreensão pelo que eles passaram, muitos se submetem a carga horária alta para poder suprir suas necessidades humanas. As autoras fazem importante incursão sobre as condições estranhadas do trabalho nesse momento contemporâneo. Destacam também as precárias condições de trabalho que conduzem, muitas vezes, a estas condições de adoecimento. Nas palavras das autoras:

As precárias condições de trabalho – que são objetivas, que estão na materialidade das relações estabelecidas – entranham os homens, corroem as suas personalidades, até o limite. Muitos sucumbem, adoecem, tornam-se readaptados na tentativa de enfrentar, muitas vezes, a precarização do trabalho. Entendemos, muitas vezes, que esta é uma forma de resistência

ao processo de alienação que se coloca ao trabalhador professor. Como ensinar se condições objetivas não possibilitam tal feito? Como se sentir partícipe do “processo de produção” do conhecimento, se lhe é retirada a possibilidade de se formar, de se desenvolver por meio do trabalho? O que lhe resta, muitas vezes é incorporar a culpa por não dar conta das tarefas. (FACCI; URT, 2017, p. 13-14).

Em linhas gerais, nessa breve revisão pudemos perceber o reduzido número de trabalhos que tratam especificamente sobre o tema adoecimento e, ainda mais quando pensamos especificamente no adoecimento docente em Santa Catarina. Dentre os trabalhos selecionados, vemos aproximações ao tema, que vão sendo conduzidos por importantes categorias, em especial a de intensificação do trabalho docente, de um processo de precarização e de um sentimento de pouca valorização social, aspectos que perpassam todos os trabalhos aqui vistos. Esse sofrimento não pode ser ignorado, esse é um tema que precisa de maior atenção pelos estudos acadêmicos, com um olhar mais sistemático sobre essa questão. Pudemos observar que o tema adoecimento docente apenas tangencia 5 dos trabalhos selecionados, aparecendo quase como condição intrínseca do processo de intensificação e precarização. Mas, voltando-nos às fontes documentais, é possível afirmar que os docentes adoecem mais do que as outras categorias de trabalhadores? Podemos assumir de antemão esta afirmativa tão corrente, tão disseminada e até mesmo incorporada nos discursos oficiais, conforme enunciemos no início deste trabalho, chamando atenção para o olhar da OCDE sobre o absenteísmo docente, relacionando-o intimamente a um problema de gestão e controle sobre os professores?

A partir deste momento, voltamo-nos às fontes documentais, buscando apreender o que dizem sobre esse tema, como dizem e, em muitos casos, o que não dizem.

4. DOCUMENTOS OFICIAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA: UM OLHAR PARA OS BOLETINS ESTATÍSTICOS DE BENEFÍCIOS DE SAÚDE DO SERVIDOR

Os Boletins Estatísticos de Benefícios de Saúde do Servidor são publicações da Gerência de Controle de Benefícios da Diretoria de Saúde do Servidor – DSAS, da Secretaria de Estado da Administração – SEA, que contém informações estatísticas dos benefícios periciais de saúde do servidor, solicitados pelos servidores públicos estaduais nos anos de 2010 a 2013, avaliados pelas unidades periciais do estado. Contam com dados secundários¹², que provém do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da SEA (SIGRH)¹³.

¹²Dados secundários são aqueles que já foram processados e agrupados em categorias definidas pelos detentores dos dados primários.

¹³Ao final do trabalho apresentamos o anexo A, que consiste em uma lista de siglas para auxiliar o leitor na leitura do texto.

As avaliações de benefícios foram realizadas por peritos do próprio estado, na Gerência de Perícias Médicas, que são organizadas em diferentes cidades do estado, todos os dados apresentados foram registrados no SIGRH. Nos anos de 2010 a 2013, foram realizadas em média 30.369 avaliações/ano, nos anos de 2014 a 2016 em média 37.534 avaliações/ano e no ano de 2017 uma média 37.624 avaliações/ano registradas no SIGRH. Já na média mensal ficou da seguinte forma 2.194 (2010), 2.145 (2011), 2.078 (2012), 2.804 (2013), 3.042 (2014), 3.125 (2015), 3.215 (2016) e 3.135 (2017), sendo Licença Tratamento de Saúde – LTS, sua maioria correspondendo a mais de 50 % das avaliações e auxílio-doença mais de 15 dias – AD-15.

Os Boletins trazem dados como avaliação dos benefícios, benefícios e licenças para tratamentos de saúde concedidos, indicadores de absenteísmo, as readaptações, os considerados inválidos, remoções por doença, afastamentos para tratamento familiar e os custos que causam nos cofres, os Boletins trazem dados de todos os órgãos estaduais, nosso foco aqui é somente os profissionais da educação do ensino regular da educação básica do estado.

Neste momento vamos apresentar os principais números dos Boletins Estatísticos dos Servidores Estaduais, que se relacionam diretamente com o objetivo de descrever o adoecimento docente em Santa Catarina. Os anos dos Boletins se enquadram no recorte temporal sendo utilizado o III Boletim Estatísticos dos anos de 2010 a 2013, o IV Boletim é dos anos 2014 a 2016 e o V Boletim do ano 2017.

O primeiro Boletim a ser utilizado é referente aos anos de 2010-2013, o segundo, 2014-2016 e o último é referente ao ano de 2017. Todos os Boletins apresentam a mesma estrutura, isto é, dados estatísticos sobre a saúde dos servidores, informações retiradas do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) da SEA. Contém informações de benefícios concedidos e avaliados, bem como outras variáveis como sexo, idade, tempo de serviço, órgão de lotação e grupo de patologia, com ênfase nos afastamentos por saúde.

Quadro 2. Lista de Boletins Estatísticos Analisados

Título do Documento	Período
III Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor	2010 a 2013
IV Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor	2014 a 2016
V Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor	2017

Fonte: Elaborada pela autora

Nesses Boletins constam dados sobre afastamentos dos funcionários públicos estaduais, portanto, um universo muito mais abrangente do que o que pretendemos analisar, isto é, a saúde/adoecimento dos profissionais da educação básica no estado. Tal abrangência já nos coloca

diante da primeira dificuldade metodológica, qual seja, encontrar, selecionar e reagrupar informações referentes a estes profissionais.

Portanto, no processo de pesquisa quantitativa a primeira etapa foi a coleta de dados específicos sobre os servidores da Secretaria da Educação nos 3 Boletins. Em meio as informações de todas secretarias, fundações e demais órgãos dos servidores em exercício no estado de Santa Catarina, buscamos identificar as tabelas com informações relevantes para a descrição do adoecimento docente. No entanto, o nível de detalhamento dos Boletins não apresentou as classificações das profissões dos servidores da Secretaria de Educação e nem o total de servidores em cada ano relatado. Diante desta falta de informações sobre o universo de servidores de Santa Catarina, buscamos outra fonte que complementasse a análise de dados. Identificamos uma fonte oficial chamada Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina¹⁴ e no menu Despesas, a categoria Servidor. Na categoria Servidor, especificamente no item Remuneração e Dados Funcionais¹⁵ encontramos a possibilidade de gerar informações anuais sobre o número de servidores estaduais. Fizemos a pesquisa detalhada por ano, buscando identificar os servidores em exercícios da SED e o total geral do estado.

A inclusão desta fonte foi necessária porque na leitura dos Boletins percebemos que as estatísticas apresentam apenas os dados absolutos, ou seja, o número de benefícios solicitados ou concedidos aos servidores. Assim, erroneamente, as aparências demonstradas nas tabelas e gráficos dos Boletins induzem a pensar que o adoecimento dos servidores é extremamente superior na SED. E como não há menção ao número de servidores em exercício em Santa Catarina em cada ano, podemos ser induzidos a uma interpretação errada. Assim, utilizando-se das informações anuais disponíveis no Portal da Transparência, construímos a tabela 1, que demonstra o quanto representa a SED em relação ao total de servidores do estado.

Tabela 1. Totais de Servidores Ativos no Estado de Santa Catarina e na sua Secretaria Estadual de Educação de 2012 a 2020

Ano	Total de Servidores Ativos em SC	Total de Servidores Ativos na SED em SC	Percentual da SED em Relação ao Total de SC (%)
2012	88.303	41.450	46,9
2013	91.167	40.575	44,5
2014	93.369	41.902	44,9
2015	91.024	40.710	44,7
2016	93.220	43.139	46,3
2017	93.313	41.773	44,8
2018	92.260	42.281	45,8
2019	91.081	42.024	46,1

14 <http://www.transparencia.sc.gov.br>

15 <http://www.transparencia.sc.gov.br/remuneracao-servidores>

2020	88.748	41.346	46,6
Médias	91.387	41.689	45,6

Fonte: Elaborada pela autora utilizando as planilhas anuais de servidores ativos de SC disponível no Portal da Transparência.

De acordo com a Tabela 1, nos últimos 9 anos a SED representa em média 45% do total de servidores em exercício no estado de Santa Catarina. Esta informação será uma referência básica para leitura e interpretação dos Boletins, visto que, aqui há um indício importante daquilo que Shiroma, Campos e Garcia (2005) nos alertam como características discursivas muito presentes em documentos de políticas educacionais, trata-se de uma retórica utilitarista, que tende a veicular posições de governos como inequívocas, visto que, temos um número que nos informa a grande concentração de servidores na referida Secretaria, mas, em nenhum momento essa dimensão é levada em conta quando o documento produz uma verdade estatística sobre a superioridade numérica de adocimentos nesse setor. Isso parece-nos bastante sério, visto que, conforme nos lembram as autoras sobre os conteúdos e discursos disseminados nos documentos de políticas educacionais

[...] expressam também um certo modelo de controle pelo Estado que tende a reificar os textos políticos, ao tomá-los de forma descontextualizada. Separados dos contextos políticos em que foram produzidos, os discursos oficiais tendem a ocultar também a dimensão valorativa que os informa. (SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 139).

4.1 O Absenteísmo-Doença nos Boletins Estatísticos

Segundo os Boletins, que citam Quick e Lapertosa (1982) para conceituar o absenteísmo, o “Absenteísmo-doença é a falta do servidor ao trabalho decorrente de licença para tratamento de saúde” (SANTA CATARINA, 2015, p.133). O documento indica que a literatura e os consultores de recursos humanos sugerem que a taxa de absenteísmo seja até 2,7%, acima disso é preciso uma investigação.

No entanto, apesar de o conceito tratar explicitamente da licença para tratamento de saúde, a falta do servidor pode ser justificada legalmente de acordo com outros enquadramentos. No caso de Santa Catarina os Boletins relacionados a saúde são: LTS – Licença para Tratamento de Saúde, LTA – Licença para Tratamento de Saúde decorrente de Acidente de Trabalho, LTF – Licença para Tratamento de Familiar, AD-15 – Auxílio-Doença de até 15 dias, AD-30 – Auxílio-Doença de até 30 dias (utilizado em 2015). Apesar da variedade de categoria, mais de 50% das licenças são decorrentes da LTS e da AD-15.

A Tabela 2 resume os últimos 8 anos de benefícios concedidos nestas duas categorias, considerando o universo de todos os servidores do estado de Santa Catarina.

Tabela 2. Totais de Benefícios Concedidos aos Servidores Públicos Estaduais de Santa Catarina nos Tipos de Benefícios com Maior Número de Solicitações – 2010 - 2017

Tipo de benefício	Ano							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Licença de tratamento de saúde (LTS)	17.699	20.016	21.033	21.315	21.586	21.127	21.695	20.010
Auxílio doenças mais de 15 dias (AD-15)	2.549	3.229	4.170	4.171	4.595	6.096	9.514	10.287

Fonte: Elaborada pela autora com dados dos Boletins III, IV e V (2010-2017)

É importante ressaltar que o total de benefícios não corresponde ao número de servidores beneficiados, já que um servidor pode solicitar a LTS e/ou AD-15 mais do que uma vez por ano. Por isso, a Tabela 3 mostra estes dados em relação ao número de servidores e também classifica segundo o sexo.

Tabela 3. Totais de Servidores Públicos Estaduais com Licenças Concedidas nos Tipos de Benefícios com Maior Número de Solicitações em Santa Catarina – 2010 a 2017

Tipo do benefício	Sexo	Ano							
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
LTS	Feminino	6.658	7.413	7.617	7.808	16.626	16.158	16.524	14.872
	Masculino	1.954	2.192	2.144	2.256	4.688	4.695	4.875	4.747
	Total	8.612	9.605	9.761	10.064	21.314	20.853	21.399	22.155
AD – 15	Feminino	1.487	1.946	2.431	2.450	3.834	5.106	7.678	8.407
	Masculino	382	438	524	481	2.712	870	1.719	1.754
	Total	1.869	2.384	2.955	2.931	5.646	5.976	9.397	10.161

Fonte: Elaborada pela autora com dados dos Boletins III, IV e V (2010-2017)

Majoritariamente os dois benefícios apresentados na Tabela 3 são concedidos para mulheres. Porém, como são números absolutos, não podemos comparar os dados divididos por sexo. É possível que o estado de Santa Catarina tenha mais mulheres no seu quadro de servidores e por isso os números de licenças sejam naturalmente maiores¹⁶. Não temos informações sobre o total de

¹⁶ Nessa perspectiva, é importante destacar que Reis (2014) ao discutir o adoecimento docente na Rede Municipal de Belém – PA se depara com um quadro de adoecimento maior docentes do sexo feminino, Conforme destaca em sua Tese de Doutorado: “Na RME, como em outras pesquisas realizadas em estados brasileiros (OLIVEIRA, 2003, GASPARINI, 2006, MAUÉS 2012), a maioria dos docentes é do sexo feminino. No Ensino Fundamental dos anos iniciais, de acordo com o Censo Escolar de 2007 (BRASIL, 2007) elas representam certa [sic!] de 91.2%. Em 2011, o total de mulheres atuantes neste nível na RME foi de 1.228 para 516 homens (SEMEC, 2011). (REIS, 2014, p. 139-140).

servidores de Santa Catarina segundo o sexo, porém encontramos as Taxa de Afastamento por Sexo, que permitem comparações. A Tabela 4 apresenta os números de LTS por sexo, de 2010 a 2017.

Tabela 4. Taxas de Afastamento para LTS segundo a categoria Sexo, Santa Catarina – 2010 a 2017

Sexo	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Feminino	21,4	24,7	25,9	28,9	26,7	26,8	27,4	27,0
Masculino	11,3	12,7	12,5	11,3	13,2	14,1	14,3	14,9
Ambos	17,4	20,3	21,0	21,4	21,8	22,2	22,6	22,6

Fonte: Elaborada pela autora com dados dos Boletins III, IV e V (2010-2017)

Até aqui apresentamos dados gerais dos três Boletins para dar um panorama sobre o absenteísmo em Santa Catarina. Na sequência iniciaremos a descrição específica da Secretaria da Educação com os seus principais números relacionados ao absenteísmo.

Um dos indicadores importantes relacionados ao absenteísmo é denominado Taxa de Afastamento por LTS. O cálculo das taxas de afastamento por LTS, que equivale ao Índice de Frequência de Trabalhadores (IFT), é realizado com a seguinte fórmula: $TxAf = (\text{número de servidores afastados/número de servidores lotados}) \times 100$. Esta taxa aparece em todos os Boletins e permite comparações entre os órgãos do governo, já que é um percentual que em tese independe da quantidade de servidores. Apresentamos a Tabela 5 com esta taxa para ajudar o nosso objetivo de descrever o absenteísmo doença dos docentes de Santa Catarina

Tabela 5. Taxa de afastamento por LTS na SED – 2010 a 2017

Ano	(%) SED	(%) SES	(%) FCEE	(%) AGESC	(%) SC
2010	19,9	25,3	17,5	21,9	17,8
2011	24,5	25,4	20,1	15,4	20,3
2012	26,9	25,3	20,4	16	21,0
2013	27,8	24,6	22,8	14,3	21,4
2014	26,8	25,6	22,7	12,5	21,8
2015	27,2	25,9	20,1	40	22,2
2016	28,1	26,8	23,6	16,7	22,6
2017	28	26,2	21,4	15,8	22,6

Fonte: Elaborada pela autora com dados dos Boletins III, IV e V (2010-2017)

As licenças concedidas para tratamento de saúde vem apresentando um aumento significativo no estado, conforme análise descrita nos próprios Boletins. No entanto, os autores dos Boletins ressaltam este crescimento, principalmente em alguns órgãos como a Secretaria Estadual

da Educação (SED) que lidera essa lista. Porém, ao calcularmos a taxa de afastamento utilizando-se das informações sobre os números de servidores afastados por LTS na SED e dividindo pelo número total de servidores da Secretaria de Estado da Saúde (SES), chegamos a um número diferente do apresentado. Nenhum dos Boletins traz informações sobre o total de servidores, mas como falamos, buscamos esta informação no Portal da Transparência. Por exemplo, em dezembro de 2012 tínhamos 6.968 servidores da SED afastados por LTS de um total de 41.450 servidores ativos. Isto dá um total de 16,8% de afastamento. O que é diferente dos 26,9% apresentados pelos Boletins. Isto ocorreu porque a Taxa de afastamento por LTS não considerou os servidores temporários. Em 2012 o número total de servidores temporários da SED foi igual a 20.865. Por isso, é preciso ficar claro que a taxa de afastamento apresentada não é em relação a todos os servidores ativos no ano.

Isso nos coloca diante de outras questões, especialmente sobre o trabalhador em educação na condição de temporário, ora são incluídos e contabilizados dentro de um entendimento alargado e de “efetivos”, ora são desconsiderados. Essas são algumas questões que emergem dessas análises e que corroboram com o que Evangelista (2012, p. 61) nos aponta acerca das intencionalidades nos documentos de políticas educacionais:

Documentos são produtos de informações selecionadas, de avaliações, de análises, de tendências, de recomendações, de proposições. Expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos **pelo** e constituintes **do** momento histórico. Assim, ao se tratar de política é preciso ter clareza de que eles não expõem as “verdadeiras” intenções de seus autores e nem a “realidade”. Como fontes de concepções, permitem captar a racionalidade da política, desde que adequadamente interrogados. A interrogação metódica desse tipo de evidência procura apreender suas incoerências, seus paradoxos, seus argumentos cínicos ou pouco razoáveis. Trata-se de desconstruí-los para captar aspectos da política educacional da qual são, simultaneamente, expressão e proposição”. (EVANGELISTA, 2012, p. 61, grifos no original).

Além disso, mostramos além da SED, outros três órgãos que apresentam taxas semelhantes de afastamento por LTS. Mesmo que hajam muitas referências as altas taxas da SED, não é um fato consumado que este número supere todos os outros órgãos. Se fossem considerados na fórmula também os temporários, a SED teria a 8ª maior taxa e não a maior taxa como os Boletins apresentam. Além disso, a taxa geral de afastamento por LTS em Santa Catarina é de 22,6 % em 2017, ou seja, ou pouco menor que os 28 % calculados para SED. E se formos mais a fundo para entendermos se este percentual é muito alto para os padrões de trabalho do Brasil, seria necessário comparar com todos os outros estados. O Boletim III, por exemplo, traz informações desta mesma taxa em outros estados da federação, em pesquisa realizada pela CONSAD, “realizada com a participação de quatro estados brasileiros, mostraram índices de 20 a 48% para o biênio 2011-2012,

sendo que o menor foi de SC (20%), seguido do RS (28%), Espírito Santo (48%) e Distrito Federal (48%).” (Santa Catarina, 2015, p. 116). Ou seja, comparativamente aos três estados apresentados aqui, até os 28% da SED não estariam superiores a nenhum deles.

Seguindo neste objetivo de descrever o absenteísmo, encontramos outro número relativizado e presente em todos os Boletins, denominado Índice de Absenteísmo. Para se calcular a taxa do Índice de absenteísmo-doença utiliza-se a seguinte fórmula: $IAD = \frac{\text{Total de Dias de LTS}}{(\text{Servidores Lotados} * \text{Dias de Trabalho}) * 100}$. É uma forma diferente que os Boletins utilizam para demonstrar o percentual de tempo de trabalho “perdido” em Licença para Tratamento de Saúde. Utilizamos a palavra “perdido” porque mais a frente será convertido no Documento em valores financeiros. A tabela 6 traz este índice e sua comparação com o índice geral do estado. Não podemos checar se são desconsiderados os temporários porque não há informações sobre o total de dias de trabalho em licença.

Tabela 6. Índice de Absenteísmo dos Servidores Públicos Estaduais da SED em Santa Catarina – 2010 a 2017

Ano	Índice de absenteísmo na SED (%)	Índice de absenteísmo do estado (%)
2010	6	5,2
2011	7,3	5,8
2012	8,7	6,4
2013	8,6	6,2
2014	7,8	6,3
2015	7,6	6,3
2016	7,9	6,4
2017	7,5	6,1

Fonte: Elaborada pela autora com dados dos Boletins III, IV e V (2010-2017)

Apesar de todas as diferenças reais entre os órgãos, tanto salariais quanto de condições de trabalho, o índice da SED não é muito superior que a média do estado. E se fizermos um olhar mais para todos os órgãos do governo, veremos que a SED não está com o maior índice de Absenteísmo. O detalhamento de todos os anos e todos os órgãos ultrapassaria os limites deste trabalho. Por isso, a título de exemplo destas observações, citamos todos os outros órgãos que tiveram em 2017 índices superiores a média do Estado: SIE (36,7%), SCC (9,3%), SDS (9,3%), SAR (7,5%), SES (7,2%), SOL (6,2%).

Dentro desta análise do absenteísmo existe uma variável correlacionada as doenças que geraram o absenteísmo. Em muitos casos o servidor não consegue voltar as suas funções após a LTS. Neste caso, é feita a readaptação¹⁷ do servidor.

Os profissionais readaptados são aqueles que por algum motivo não podem exercer sua função e quem lidera essa lista é a SED com um percentual de 3,59 % (2010) ou 826 servidores; 4,55% (2011) ou 988 servidores; 5,09 % (2012) ou 1.045 servidores; 5,90 % (2013) ou 1.205 servidores; 5,49% (2014) ou 1.208 servidores; 5,77% (2015) ou 1.209 servidores; 6,75% (2016) ou 1.361 servidores e 7,47% (2017) ou 1778 servidores.

As principais patologias que motivaram as readaptações foram, em maior parte, transtornos mentais e comportamentais, seguido de problemas osteo musculares e doenças do aparelho respiratório. Aqui cabe lembrar que não são considerados os servidores temporários, que representam em média, a metade dos servidores da SED.

Além da Readaptação, existe também a possibilidade de Remoção por LTS. Neste caso, o servidor vai para outro órgão motivado por questões de saúde. A SED, que foi o órgão mais significativo em quantidade de servidores removidos por LTS, ficou com taxas de 0,24 a 0,55%, sendo a principal patologia transtornos comportamentais e mentais. Apesar disso, são números pouco expressivos para análise. O percentual mais alto foi em 2012 (0,55%), que correspondeu a 112 servidores removidos.

Por fim, trazemos a Tabela 7, que entendemos ser uma das informações quantitativas mais importantes deste trabalho. Coletamos dos 3 Boletins as informações sobre as patologias que fundamentaram os benefícios para LTS na SED. Calculamos e classificamos em ordem decrescente, da mais frequente até a menos frequente das doenças. Reagrupamos as menos frequentes na categoria “Demais” e chegamos a 7 patologias principais de um total de 21 apresentadas.

Tabela 7. Totais de Servidores da SED Afastados para LTS
Segundo o Tipo de Patologia - 2010 a 2017

Grupo de Patologia	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média
V - Transtornos mentais e comportamentais	1912	2109	2420	2423	2462	2364	2402	2179	2284
XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	876	1086	1291	1303	1436	1331	1361	1246	1241
XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	335	375	382	347	477	457	426	438	405

¹⁷ Readaptação: É a movimentação do servidor público para ocupar temporariamente função compatível com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, mediante laudo pericial que aconselhe seu aproveitamento em atribuições diferentes, compatíveis com sua condição funcional. Fonte: http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Pericia_Medica/Readaptacao_Funcional.PDF

IX - Doenças do aparelho circulatório	287	356	315	325	409	381	349	283	338
XI - Doenças do aparelho digestivo	142	189	164	174	365	329	384	314	258
X - Doenças do aparelho respiratório	260	253	316	306	336	354	429	337	324
XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	933	1112	916	1148	141	162	111	241	596
Demais Patologias	950	1229	1164	1222	1682	1696	1731	1499	1397
Total	5.695	6.709	6.968	7.248	7.308	7.074	7.193	8.554	7.094

Fonte: Elaborada pela autora com dados dos Boletins III, IV e V (2010-2017)

Nota: As Demais Patologias são todas as outras apresentadas no volume I da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), 10ª revisão, 2ª ed. Ao todo são 22 categorias de comorbidades.

Ao analisar a Tabela 7 percebemos que das 22 categorias de comorbidades previstas na CID-10, os 7 grupos explícitos na tabela correspondem a aproximadamente 80% das LTS concedidas na SED. E que destes, apenas 2 grupos de doenças “V - Transtornos mentais e comportamentais” e “XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo”, somam em média 3.525 servidores afastados por LTS por ano. E este número corresponde em média a 49,68% de todos os casos de LTS da SED nestes 8 anos analisados.

Ao ler os Boletins percebemos que não há menção as políticas de tratamento ou identificação das condições de trabalho que causaram as necessidades de licenças para tratamento de saúde. Os Boletins buscam apenas descrever, em geral, de maneira absoluta, sem considerar que a SED corresponde a aproximadamente 45% de todo o funcionalismo público de Santa Catarina. Por exemplo, o Boletim V, com dados de 2017, é composto de 46 tabelas e 74 gráficos, sendo que apenas 2 tabelas e 2 gráficos trazem informações calculadas em forma percentual ou de índice, e portanto, passíveis de comparação com outras secretarias e órgãos do governo. Logo, esta forma de descrever com dados absolutos, que é preponderante nos 3 Boletins, coloca a SED numa condição de destaque negativo durante todo o texto. Assim, prevalece a visão que os profissionais da educação são aqueles com maior absenteísmo-doença do estado. E um “maior”, com muita ênfase, porque estão usando números absolutos.

Considerações finais

Nesse momento apresentamos uma síntese sobre os alcances dessa pesquisa acerca do tema adoecimento docente, tendo em vista o seu objetivo central de conhecer as produções acadêmicas e oficiais acerca do tema, bem como mapear estatísticas e estudos sobre os dados qualitativos e quantitativos dessa problemática no âmbito da rede estadual de educação no estado de Santa

Catarina.

Uma primeira observação a respeito do debate acadêmico sobre o tema é a dificuldade de mapear as produções específicas sobre o tema, visto que os descritores remetem a um conjunto muito grande de trabalhos que não necessariamente tinham a pretensão de discutir o tema em questão, mas, que de alguma forma apareciam no trabalho, de modo difuso. Outra dificuldade ligada ainda a esse aspecto, é que o tema adoecimento aparece em muitas áreas do conhecimento, pois, é um fenômeno que se liga não exclusivamente ao trabalhador da educação, mas a um processo mais geral às formas de trabalho no modelo de produção capitalista, nas suas formas contemporâneas. Assim, na revisão realizada pudemos perceber um reduzido número de trabalhos que tratam especificamente sobre o tema adoecimento docente e, ainda mais quando pensamos especificamente no adoecimento docente em Santa Catarina. É possível visualizar nestes trabalhos, que o adoecimento docente não consistiu propriamente no eixo de preocupação dos trabalhos selecionados, com exceção de um trabalho. O tema aparecia tangenciando as relações de trabalho, as condições de trabalho, processos de intensificação e precarização. Chama atenção nesse sentido, que parece haver uma conformação com a ideia de que o profissional da educação, e mais ainda os seus professores, adoecem mais do que as demais categorias de trabalhadores.

Não desprezamos os dados concretos de adoecimento desses profissionais, contudo, a análise da empiria aqui analisada nos permite desafiar a lógica que tem sido disseminada, e isso é bastante visível no documento da OCDE que pretendeu diagnosticar situação da educação em Santa Catarina, de que os profissionais da educação adoecem muito e um conseqüente problema de absenteísmo.

Esta lógica é bastante perversa, primeiramente porque assume o adoecimento, mas não propõe políticas de acompanhamento ou condições que pudessem minorar tais condições. Segundo, porque toma isoladamente os dados da Secretaria da Educação, tratados em números absolutos, desprezando o seu tamanho, que representa em média 45% do total de servidores em exercício no estado de Santa Catarina, em relação às demais Secretarias e Órgãos. Nesse sentido, as análises evidenciadas neste trabalho nos conduzem a pensar que a informação anunciada em tom de perplexidade, de que o setor educacional é o setor público onde se concentram mais afastamentos para tratamento de saúde deve ser bastante relativizada. Entretanto, esse tom de perplexidade reiterado tantas vezes parece funcionar como um mecanismo de regulação e gestão, visto que o professor temporário não aparece de forma

significativa nas licenças para tratamento de saúde, apenas nos atestados de doença de até 15 dias.

Como foi evidenciado ao longo do trabalho, outros três órgãos apresentam taxas semelhantes de afastamento por LTS. E aí o problema da apresentação dos dados nos Boletins, é fundamental, visto que, se fossem considerados na fórmula também os temporários, a SED teria a 8ª maior taxa e não a maior taxa como os Boletins apresentam. Além disso, quando comparamos a taxa de afastamento por LTS em Santa Catarina com a taxa da SED temos uma diferença aproximada de 6%.

Destacamos ainda com relação a forma de apresentação dos dados nos Boletins, que nos conduziu a muitas dificuldades metodológicas, a exemplo dos dados sobre afastamentos, que são apresentados no conjunto de dados dos funcionários públicos estaduais, o que demandou cruzamento com outras fontes e um trabalho árduo de análises estatísticas, de modo que pudessem ser encontrados, selecionados, agrupadas e reagrupadas informações especiais sobre os professores.

Sobre as principais patologias que motivaram readaptações, destacam-se os transtornos mentais e comportamentais e problemas osteo musculares e doenças do aparelho respiratório. Importante registrar que nessa pesquisa não encontramos documentos que apontassem políticas ou ações do governo do Estado para enfrentar, reduzir ou combater esse problema, assim, a modalidade readaptação parece ser um instrumento de ajuste, de acomodação para esta situação. Concluímos ainda que não obstante as diferenças reais entre os órgãos, tanto salariais quanto de condições de trabalho, o índice da SED não é muito superior que a média do estado. E se fizermos um olhar mais para todos os órgãos do governo, veremos que a SED não está com o maior índice de Absenteísmo.

Por fim, ressaltamos a grande ausência nos Boletins analisados, a ausência de indicação de políticas para a identificação das condições de trabalho que causaram as necessidades de licenças para tratamento de saúde. Os Boletins buscam apenas descrever, em geral, de maneira absoluta, sem considerar que a SED corresponde a aproximadamente 45% de todo o funcionalismo público de Santa Catarina. Nessa metodologia de descrição com dados absolutos, a SED é colocada numa condição de destaque negativo, fazendo parecer que lá existe um grande problema, que é deslocado para o âmbito da gestão e da regulação do trabalho. Assim, prevalece a visão que os profissionais da educação são aqueles com maior absenteísmo doença do estado. Essa é uma inverdade, que nos alerta para a necessidade de desconfiar das fontes e de produzir análises que fujam do senso comum.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Alcinei da Costa. **Condições de trabalho dos professores do programa ensino médio inovador**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Univille, Joinville, 2016. Disponível em:
<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3602676> . Acesso 12 dez.2020.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Proposição de novos rumos para a qualidade da educação em Santa Catarina**: visão do CEE sobre a avaliação da OCDE. 2012. Disponível em:
<https://www.cee.sc.gov.br/images/stories/proposio_de_novos_rumos_ocde.pdf> Acesso em março de 2019.
- DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos Mistos de pesquisa em educação: pressupostos teóricos. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2698>>. Acesso em nov. 2019.
- DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Significado de absenteísmo**. 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/absentismo/> Acesso em: 28 fev. 2020.
- EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed.Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. **Professor readaptado**: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Psicologia Escolar e Educacional**, [s.l.], v. 22, n. 2, p.281-290, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201802175546>. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572018000200281&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- GARCIA, F. C.; SILVA, M F. G. **Causas do Absenteísmo nas Organizações**: um estudo de caso em Unidades de Alimentação e Nutrição. XII SemeAd ± Empreendedorismo e Inovação. FEA/USP, São Paulo, 2009. Disponível em:
<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/124.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019
- JACQUES, ANA SILVIA. **Condições de Trabalho Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental'** 18/12/2013 176 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, Joinville Biblioteca Depositária: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Disponível em
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=912739. Acesso em 29 de jan.2020
- LIMA, Fernando de. **Condições de trabalho dos docentes dos anos finais do ensino fundamental**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Univille, Joinville, 2013. Disponível em

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=94935. Acesso em 21 jan.2020

MALEWSCHIK, ANDREZA FARIA. **Condições de Trabalho do Supervisor Escolar no Ensino Fundamental'** 22/11/2016 150 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, Joinville Biblioteca Depositária: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4823504. Acesso em 07 de jan. 2020

MALTA, Valéria Duarte. **Absenteísmo Docente no Ensino Público: Um Modelo de Influências e Correlações com o Desempenho Docente.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Faculdade de Ciências Empresariais Mestrado Acadêmico em Administração, Belo Horizonte, 2014.

MANRIQUE, Leticia Viglietti. **A relação entre desenvolvimento econômico e formação presente nos documentos que orientam o trabalho educativo em escolas de ensino médio da rede estadual de Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2016.

MOREIRA, Thais Ciara Jasper. **A política de saúde do trabalhador docente da universidade federal de santa catarina (UFSC) e sua relação com as condições de trabalho.** 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=459384. Acesso em 18 dez.2020

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Avaliações de Políticas Nacionais de Educação.** Estado de Santa Catarina, Brasil. OCDE, 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Disponível em: <<http://www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/brasil.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: **O histórico da OCDE e a progressiva aproximação entre o Brasil e o organismo internacional.** Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na Rede Pública de Ensino de Belém-Pará.** Tese de Doutorado. Belém: PPGE/UFP, 2014.

RICARDO, Antonio José Fernandes. **Condições de trabalho docente nos anos finais do ensino fundamental.** 2016. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4629993. Acesso em 08 jan. 2020

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa. Constituição (2012). **Proposição de Novos Rumos Para A Qualidade em Santa Catarina:** visão da CEE sobre a avaliação da OCDE. Florianópolis, SC.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Saúde do Servidor. **III Boletim Estatístico de Benefícios de Saúde do Servidor: 2010 a 2013.** Org. Jane Cléia Cardoso de Bittencourt Cunha e Silvia Rita Glinski Sefrin. Florianópolis: DIOESC, 2015. 171 p. Disponível em: http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/DSAS-_Dados_Estatisticos/III_Boletim_estatistico_de_beneficios_de_saude_do_servidor_2010_-_2013.pdf, acesso em: 10 set. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Saúde do Servidor. Gerência de Controle de Benefícios. **IV Boletim estatístico de benefícios de saúde do servidor: 2014-2016.** Org. Jane Cléia C. De Bittencourt Cunha, Rafaela Luiza Trevisan, Silvia Rita Glinski Sefrin. Florianópolis: DIOESC, 2018. 162 p. Disponível em: [http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/DSAS-_Dados_Estatisticos/BOLETIM_ESTADISTICO_FINAL_07_11_18-1_\(1\).pdf](http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/DSAS-_Dados_Estatisticos/BOLETIM_ESTADISTICO_FINAL_07_11_18-1_(1).pdf)., acesso em: 10 set. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Saúde do Servidor. Gerência de Controle de Benefícios. **V Boletim estatístico de benefícios de saúde do servidor.** Elaboração: André Cardoso Francisco, Jane Cléia Cardoso de Bittencourt Cunha. Florianópolis: [s. n.], 2018. Disponível em: http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/DSAS-_Dados_Estatisticos/Boletim_beneficios_2017.pdf, acesso em: 10 set. 2019. 2017

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Educação em números – Santa Catarina.** Florianópolis: SED/SC, 2019. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/educacao-em-numeros>>. Acesso em: 17 out. 2019.

SHIROMA, E. O. ;CAMPOS, R. F. ; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**—Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, v. 23, p. 427-446, 2005.

ANEXO A - LISTA DE SIGLAS

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

AD-15 – Auxílio-doença mais de até 15 dias

AD-30 – Auxílio-doença até de até 30 dias

CONSAD - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração

CEE-SC – Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

DSAS – Gerência de Controle de Benefícios da Diretoria de Saúde do Servidor

IFT - Índice de Frequência de Trabalhadores

LTS – Licença para Tratamento de Saúde

LTA – Licença para Tratamento de Saúde decorrente de Acidente de Trabalho

LTF – Licença para Tratamento de Familiar

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SEA – Secretaria de Estado da Administração

SED- SANTA CATARINA– Secretaria da Educação de Santa Catarina

SES - Secretaria de Estado da Saúde

SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da SEA